



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006242-50.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inadimplemento**
Requerente: **Carmino Aparecido Rinaldo**
Requerido: **Fundição e Zincagem São Carlos Me e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter efetuado empréstimo à primeira ré, a qual lhe deu como garantia uma duplicata sacada contra a corré.

Alegou ainda que a dívida não foi paga por nenhuma das rés, de sorte que almeja à sua condenação a tanto.

As preliminares arguidas pelas rés em contestação entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

A pretensão deduzida está fundamentada em empréstimo que o autor teria feito à primeira ré, garantido por duplicata sacada pela mesma em face da segunda ré.

Tal dívida foi refutada na peça de resistência da primeira ré, a qual expressamente destacou que ela não existe (fl. 86, quarto parágrafo).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diante desse contexto, tocava ao autor demonstrar o fato constitutivo de seu direito, impugnado pela primeira ré, como lhe impunha o art. 373, inc. I, do Código de Processo Civil.

O autor, contudo, não se desincumbiu minimamente desse ônus porque não amealhou elementos seguros que patenteassem a relação jurídica estabelecida com a primeira ré e o descumprimento da obrigação a seu cargo.

O único documento que coligiu foi a duplicata de fls. 07/08, a qual por si só não denota a existência do proclamado empréstimo.

É relevante observar que o autor deixou claro, ademais, o seu desinteresse pelo alargamento da dilação probatória, como se vê a fls. 93 e 97.

O quadro delineado conduz à rejeição da postulação vestibular à míngua de lastro suficiente que a amparasse.

Por oportuno, destaco também que a obrigação da segunda ré deveria ser afastada igualmente pela ausência de respaldo à emissão da aludida duplicata, como reconheceu a primeira ré e atestaram os documentos de fls. 78/79 e 81, o que não foi impugnado pelo autor em momento algum.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**